



Audiência Pública: Problemas dos Municípios na Execução de convênios

Contexto



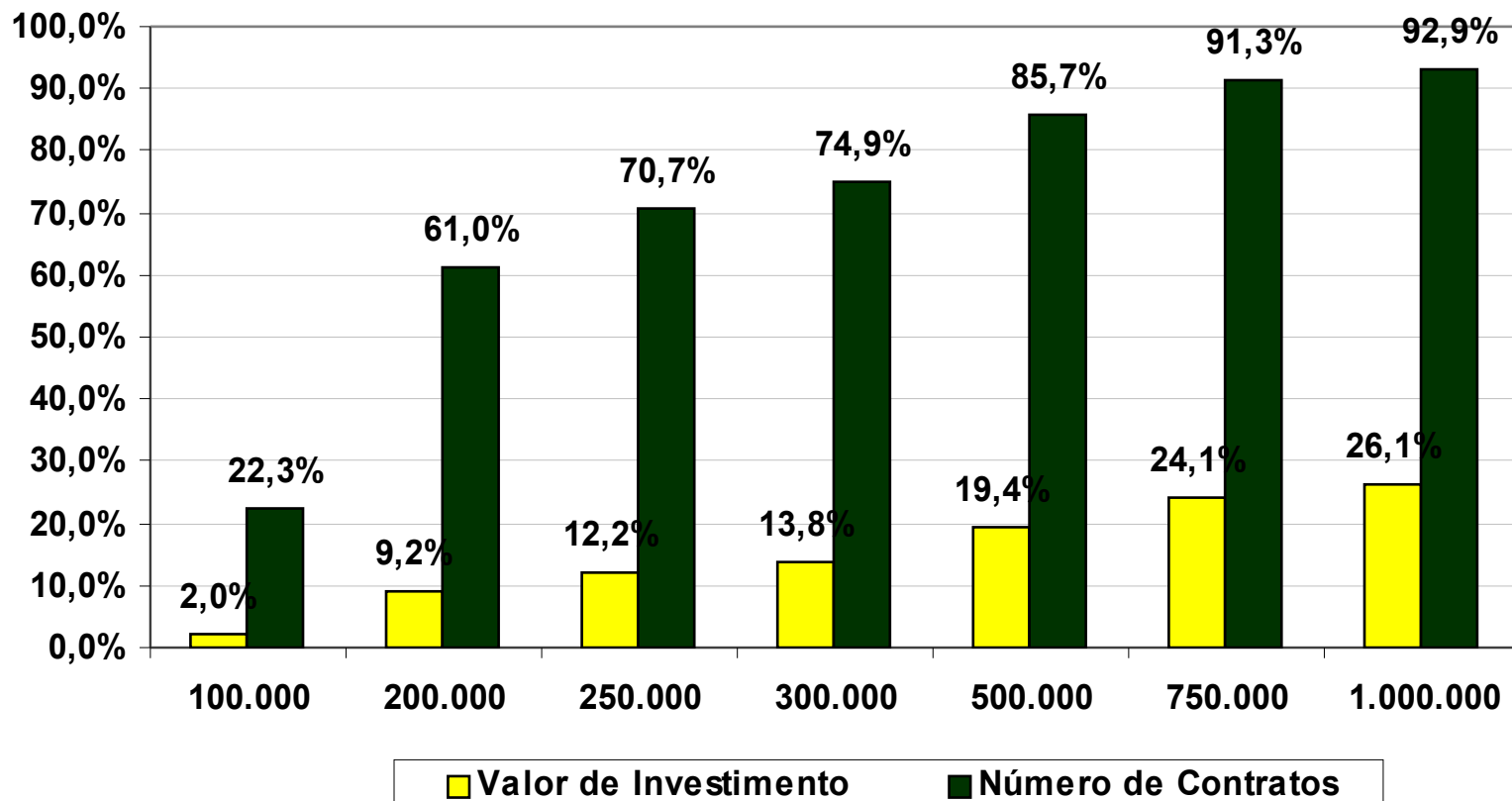
A Caixa Econômica Federal (CEF) é o agente financeiro que executa quase a totalidade dos convênios e contratos de repasse entre Municípios e o Governo Federal.

Ao longo dos últimos anos o aumento do volume de transferências voluntárias evidenciou os problemas entre os municípios, o Governo Federal e a CEF para a execução destas ações.

Contexto



Contratos de emendas assinados entre 1996 a 2010



Restos a Pagar



O Governo Federal deixou em estoque de restos a pagar R\$ 128 bilhões, destes cerca de 27 bilhões eram destinados aos municípios.

Em 31/12/2010 o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou o Decreto **7.418/2010** que prorrogava os restos a pagar não processados dos anos de 2007, 2008 e 2009 até 30/04/2011, excetuando-se os RAP da área de Saúde e do PAC.

Restos a Pagar



No dia 28/04/2011 foi publicado um novo Decreto 7.468/2011 que prorroga estes RAP não processados com duas condições:

Os RAP não processados de 2007 e 2008 serão prorrogados se a Obra tiver sido realizada parcialmente ou totalmente até 30/04/2011, o mesmo valendo para a entrega de mercadoria.

Os RAP não processados de 2009 serão prorrogados se a Obra tiver sido realizada parcialmente ou totalmente até 30/06/2011, o mesmo valendo para a entrega de mercadorias.

Os dois casos tem que serem aferidos e atestados.

O Tamanho do Problema



Demonstrativo dos RAP no OGU por ano

Ano de empenho	RAP Proc. Inscrito	RAP Proc Pago	RAP Não-Proc.Inscrito	RAP Não-Proc. Pago
2002	1.026.830	-	-	-
2003	16.483.059	101.552	-	-
2004	65.091.819	1.120.417	-	-
2005	190.464.188	3.367.525	1.959.345	-
2006	405.340.266	10.143.667	3.237.903	-
2007	1.044.839.421	44.486.127	581.679.388	28.805.057
2008	887.557.389	43.972.175	1.875.293.303	60.189.276
2009	1.082.915.366	111.641.873	5.515.847.056	176.092.630
2010	649.334.785	329.204.446	8.057.134.309	525.524.345
Total geral	4.343.053.123	544.037.781	16.035.151.304	790.611.308

Principais problemas



Quais são os principais problemas na relação Município x Governo Federal

- Falta de padronização nos convênios por parte dos Ministérios, cada um tem um procedimento diferente,
 - Exemplo: Ministério das Cidades tem exigências próprias e formulários diferentes do Ministério da Saúde que por sua vez são diferentes do Ministério do Turismo.

Principais problemas



- Excesso de burocracia (certidões emitidas pelo próprio governo),
 - Exemplo: As certidões negativas do FGTS, INSS, e regularidades fiscais são emitidas pelos órgãos da União, mas são os municípios que tem que apresentá-las no andamento dos convênios, por que o próprio Governo não emite e encaminha ao concedente esta documentação?.

Principais problemas



Problemas em relação a CEF:

- Demora na análise dos processos pela CEF, encarecendo os custos dos convênios,
- Definição de critérios com antecedência, não mudar as regras do jogo no andamento do processo,
- Mudança constante do corpo técnico da CEF para aferição e medição das obras de convênios, (cada técnico tem uma interpretação diferente),

Principais problemas



- Análise dos convênios pela CEF de forma igual para qualquer valor, não importando se o convênio é de 100 mil ou de 100 milhões, as regras são as mesmas,

Segundo informações da própria CEF:

grande número de contratos são de baixo valor

- 86% são menores que R\$ 500 mil e correspondem a 19% dos recursos

- 71% são menores que R\$ 250 mil e correspondem a 12% dos recursos.

valores baixos reduzem a efetividade dos contratos

– 22% dos contratos e 16% dos recursos são cancelados antes do início da execução das obras.

Destes, 47% possuem valores menores que R\$ 500 mil.

Principais problemas



- Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) desatualizada e com falta de itens não levando em conta as diferenças regionais,
- Ajuste do contrato, aditamento ou reprogramação devolve o processo a CEF e demora na sua análise,

Propostas e soluções



- Quebra do monopólio da CEF na gestão dos convênios, com a possibilidade de outros bancos públicos poderem gerir esta carteira,
 - Exemplo: Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia
- Desburocratização dos documentos, com a possibilidade de declarações do gestor para atestar as suas regularidades,
 - Exemplo: Um dos principais problemas são a apresentação dos documentos de regularização da terra pública, solicitamos a permissão que o gestor possa atestar a propriedade.

Propostas e soluções



- Tratamento diferente para diferentes convênios, de acordo com o valor do convênio o tratamento deve ser diferenciado,
 - Exemplo: Como exposto antes existe um gargalo operacional nos Ministérios e na CEF para o acompanhamento dos processos, a sugestão é que crie-se um rito simplificado para convênios de pequeno valor.
- Levar em conta as diferenças regionais na fixação de preços das obras públicas,
 - Exemplo: Custos das obras são diferentes em determinados estados de acordo com as especificidades regionais.

Propostas e soluções



- Possibilitar que a administração municipal possa cotar preços e estes serem diferentes da Tabela SINAPI desde que plenamente justificadas,
- Nos aditamentos e aditivos ao contrato não paralisar as Obras,
- Maior comunicação entre a CEF e o município para sanar os problemas na execução do convênio,
- Obrigar que os Municípios sejam notificados pelos Ministérios e a CEF sempre que houver problemas na execução ou andamento do processo.



Muito Obrigado!
Paulo Ziulkoski

Confederação Nacional de Municípios

Telefone: (61) 2101-6000

Site: www.cnm.org.br